

A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA COMO UMA PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO MUNICÍPIO DE CASTELO, ESPÍRITO SANTO

Sharinna Venturim Zanuncio¹

RESUMO: A Pedagogia da Alternância (PA) consiste numa metodologia de organização do ensino escolar que conjuga diferentes experiências formativas distribuídas ao longo de tempos e espaços distintos e tem como finalidade uma formação profissional para o meio rural, datando seu início em 1935 a partir de um grupo de agricultores franceses. No Brasil, a PA começou em 1969 no Estado do Espírito Santo, com as primeiras Escolas Famílias Agrícolas (EFA's). Desta forma, objetivou-se, por meio de pesquisa bibliográfica, analisar o modelo educativo da PA e promover a divulgação da mesma, desvendando como esta, ao ser adotada pela EFA, poderá contribuir para o desenvolvimento rural local, influenciando as mudanças sociais, quanto à organização das famílias de agricultores do entorno da EFA do Município de Castelo - ES e suas relações com entidades parceiras, de forma a construir estratégias de sobrevivência e de manutenção deste segmento, impactando na vida dos jovens rurais. Percebeu-se que esta metodologia é uma alternativa para a Educação no campo, já que o ensino nesse contexto não contempla

¹ Bacharel em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa – UFV; Pós-Graduanda em Economia Doméstica na Universidade Federal de Viçosa – UFV. E-mail: sharinnavz@yahoo.com.br; sharinna.zanuncio@ufv.br

as especificidades e necessidades da população que vive no meio rural. Alguns problemas educacionais encontrados nas escolas no meio rural dão origem à necessidade de uma proposta educacional específica para o campo, dentre eles: a escola desvinculada da realidade local, a falta de recursos para atividades básicas do campo, a necessidade dos alunos ficarem na propriedade com sua família para trabalhar e terem dificuldades de acompanhar o calendário tradicional das escolas, a desvalorização da escola multisseriada e a falta de vagas nas escolas agrotécnicas.

PALAVRAS-CHAVE: Pedagogia da Alternância; Educação do Campo; Escola Família Agrícola.

PEDAGOGY OF ALTERNATION AS A RURAL DEVELOPMENT PROPOSAL IN CASTELO ES BRAZIL

ABSTRACT: The Pedagogy of Alternation (PA) is a methodology for the organization of schooling that combines different formation experiences spread over different periods and spaces, and aims at a professional training for rural areas. It was established in 1935 by a group of French farmers. PA started in 1969 in the state of Espírito Santo, Brazil, with the first Agricultural Family Schools (AFSs). Current research analyzes the PA educational model and promotes its dissemination. It reveals how, through its adoption by the AFS, it may contribute towards local rural development and influence social change with regard to the organization of homestead families around the AFS of the municipality of Castelo ES

Brazil and its relations with partner organizations in order to build survival and maintenance strategies and impacting the lives of rural young people. In fact, the above-mentioned methodology is an alternative to education in the rural area, since education in this context does not address the peculiar needs of the population living in the country. Some educational problems found in schools in rural areas give rise to the need for a specific proposal for the educational field, which include disconnection of schooling from local reality, lack of resources for basic activities in the field, need for students to stay on the farm with the family, difficulties to follow the traditional school timetable, the devaluation of multi-grade school and lack of places in agro-technical schools.

KEYWORDS: Pedagogy of Alternation; Rural Education; Family Farm School.

INTRODUÇÃO

As fronteiras entre o rural e o urbano diminuem cada vez mais e diferentes universos culturais estão se interpenetrando, as dificuldades socioeconômicas dificultam a vida de quem vive da agricultura, emergindo assim a juventude rural como uma população profundamente afetada por estes processos. População esta que, por muito tempo, passou despercebida das pesquisas acadêmicas brasileiras.

Ao longo da história, diversas transformações que ocorreram no cenário agrícola têm alterado também a própria estrutura populacional de quem vive neste meio. As relações e o modo de trabalho interferem na composição familiar das pessoas que vivem no campo, onde as condições de trabalho e renda nem sempre são atrativas para todos, fazendo com que

problemas, como o êxodo rural, tornem-se uma situação cada vez mais frequente (WESZ JUNIOR *et al.*, 2006).

Além disso, há uma compreensão errônea muito forte, ou seja, aquela que preconiza que ser do interior é ser atrasado. Então, muitos dos que têm um pouco mais de condições estabelecem a sua moradia na cidade e continuam cultivando a terra. E quando lhes é perguntado onde moram, logo se identificam como moradores urbanos e desprezam a sua identidade rural (DALSO, 2010).

Um dos motivos que também exerce influência sobre o êxodo rural é o sistema educacional, que no Brasil se apresenta muito homogêneo, não abrangendo a realidade e os costumes dos jovens do campo, onde os conhecimentos e metodologias de ensino aplicadas são mais direcionados para os jovens urbanos. O interessante é que a maioria das próprias escolas agrícolas estão localizadas nos perímetros urbanos, onde a realidade é diferente da qual os filhos de agricultores que ali vão estudar estão acostumados (WESZ JUNIOR *et al.*, 2006).

No entanto, é necessário se ter além de uma educação no campo também uma educação do campo. Pois, segundo Caldart (2002), a população rural tem se organizado por meio de movimentos sociais na busca de políticas públicas que lhes assegurem a existência de uma educação do e no campo. É que, ainda segundo a autora, a educação no campo é aquela que permite trabalhar a educação no meio em que se vive, ou seja, o rural, já a educação do campo é aquela onde o povo tem direito à educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação na construção do processo de ensino-aprendizagem, vinculado à sua cultura e às suas necessidades humanas, sociais e econômicas.

Como forma de tentar minorizar problemas relacionados à educação no e do campo, surge no Brasil a proposta das Escolas Famílias Agrícolas

(EFAs), quanto à utilização de uma metodologia alternativa de ensino, inspirada nas experiências das Maisons Familiaes Rurales (MFRs) na França, que surgiram a partir de movimentos dos agricultores, como resposta para a problemática da educação rural francesa, em 1935, a pedagogia da alternância (MEPES, 2010).

As EFAs, por meio da pedagogia da alternância, onde o jovem passa geralmente duas semanas na escola e duas em casa, exercitando os conhecimentos adquiridos em sala de aula, primam pelo aprendizado que busca dar oportunidades aos jovens rurais de perpetuarem sua vida no meio rural, por meio de ensinamentos que estejam diretamente ligados ao seu cotidiano (SILVA, 2000).

Este quadro é reforçado quando Silva (2003) diz que a especificidade da formação na Escola-Família é vista como uma formação que, partindo da valorização do meio rural, estimula o jovem não apenas para a sua permanência no campo, mas também para que ele contribua para a melhoria das condições de vida e de trabalho do seu meio de vida, além da formação de um indivíduo crítico, capaz de lutar por seus direitos.

Nessa lógica, a alternância é considerada um meio para atingir esses propósitos, na medida em que deverá propiciar o vínculo do aluno com suas raízes culturais e com o trabalho rural, reforçando o compromisso do jovem com a realidade rural. A história e o desenvolvimento das EFAs e a realidade do acentuado êxodo rural em nossa sociedade são componentes que se fundem para conferir especificidade ao projeto educativo destas escolas, a fixação do jovem no campo, além de influenciar a mobilização da população rural por melhores condições de vida e pela busca de políticas públicas que lhes assegurem uma vida digna no campo (CALIARI; ALENCAR; AMÂNCIO, 2002).

Considerando os aspectos brevemente apresentados, acredita-se que

o estudo da pedagogia da alternância, enquanto uma possível ferramenta pela construção do desenvolvimento rural no município de Castelo, Espírito Santo, quando se pensa no fortalecimento da população rural e da formação crítica dos jovens rurais, se faz importante, pois ela estará contribuindo para o luta contra o êxodo rural e oferecendo não só uma educação no campo, mas principalmente do campo. Permite ao agricultor acreditar que para ser bem sucedido e melhorar suas condições de vida, não é necessário abandonar o campo e ir para a cidade, desistindo da agricultura.

Além disso, há importância ao se estudar cientificamente este assunto, para subsidiar estratégias e ações de cunho social. Além de contribuir, de alguma forma, para a investigação das interações entre os atores econômicos, aqui representados pelos agricultores, jovens rurais e o seu contexto social, o rural, são estruturadas por estratégias e enunciações, como as Escolas Famílias Agrícolas, que ajudam na construção simbólica das organizações, processos e contextos sociais quando em um contexto de diálogo.

Desta forma, objetivou-se no presente estudo, por meio de pesquisa bibliográfica, analisar o modelo educativo, qual seja, a pedagogia da alternância, e promover a divulgação da referida pedagogia, desvendando como esta, ao ser adotada pela escola família agrícola, poderá contribuir para o desenvolvimento rural local, influenciando principalmente as mudanças sociais, quanto à organização das famílias de agricultores do entorno, ou seja, dos arredores, da Escola Família Agrícola do Município de Castelo - ES e sua relações com as entidades parceiras, de forma a construir estratégias de sobrevivência e de manutenção deste segmento. Assim como os impactos que esta, a pedagogia da alternância, tem sobre a vida dos jovens rurais.

2 DESENVOLVIMENTO

A chamada agricultura familiar é aquela constituída por pequenos e médios produtores e que representa a imensa maioria de produtores rurais no Brasil, que são cerca de 4,5 milhões, e o segmento detém 20% das terras, respondendo por 30% da produção global. Em alguns produtos básicos da dieta do brasileiro chega a ser responsável por 60% da produção (PORTUGAL, 2004).

Outro ponto de relevante importância é que a juventude, de maneira geral, é o público alvo da indústria cultural. As músicas, a moda e o entretenimento têm seu alvo certo: atrair a energia revolucionária da juventude para consumir. A lógica é distrair a juventude com ilusões que não ajudem na mudança de pensamento e de ação. Não podemos pensar que este cenário está voltado unicamente para o jovem urbano, pois a situação, no que se refere ao jovem da roça, também é preocupante, pois, além de todos estes atrativos da indústria cultural e de consumo, no projeto de agricultura do capitalismo não há espaço para o camponês e, menos ainda, para o jovem do campo. Muitas vezes eles são expulsos do meio rural pelos projetos de grandes construções de usinas hidrelétricas, pelos grandes latifundiários que vão adquirindo mais terras, ou atraídos por uma vida considerada mais digna através de empregos e facilidades na cidade (DALSOTO, 2010).

No entanto, para que estes agricultores, jovens rurais e seus familiares continuem no campo se faz necessário existir políticas que permitam o combate ao êxodo rural. Pois, segundo Abramovay (1999), apesar de o êxodo rural, nos anos 1990, pareça mostrar uma tendência à diminuição, é possível perceber que desde os anos de 1940, a cada década, mais de um terço da população residente no meio rural migrava em direção às cidades.

Ainda para este autor, um dos pontos mais importantes que contribuem para o êxodo rural é a formação escolar do jovem, pois ela contribuiria decisivamente para sua inserção subalterna no mercado de trabalho urbano.

No Brasil, nada menos que 55% dos rapazes e 42% das moças no meio rural estudaram menos que quatro anos, segundo dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e ainda segundo o Censo Escolar 2002, do Ministério da Educação e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), 94% dos estudantes do ensino médio residentes no campo frequentam escolas urbanas (DURSTON, 1997, *apud* ABRAMOVAY, 1999). O nível de escolaridade então, com que, na maioria das vezes, estes jovens chegam ao mercado de trabalho urbano também vai contribuir para que ocupem seus segmentos de mais baixa remuneração.

No entanto, o ideal é fornecer um sistema educacional que incentive o jovem a dar continuidade em sua caminhada no meio rural, com melhores oportunidades, assim como a preservação de suas crenças, costumes e religião e não que este se desloque para o meio urbano em busca de melhores condições de vida.

Esta educação rural deve ser uma educação não só no campo, mas também uma educação do campo, pois, segundo Caliani, Alencar e Amâncio (2002), a educação rural pode ser considerada como ação deformadora por possuir um eixo norteador de desvalorização da cultura e valores locais e uma supervalorização da cultura e valores exógenos, privilegiando uma educação de massa sustentada por valores do mundo produtivo urbano. O mundo do trabalho está direcionado para o mental e para o ser produtivo da cidade. A indução da juventude rural para essa realidade se concretiza na prática educacional, que lhe oferece a grande chance ilusória de serem

qualificados e absorvidos no setor produtivo urbano.

A atuação da educação rural guiada por uma ação transformadora, vê o educar como forma de incorporação de toda a concepção holística do conhecimento da humanidade, integrando e relacionando as partes entre si e com o todo. A escola voltada para a realidade dos educandos torna-se cúmplice do seu pleno desenvolvimento, levando-os a serem sujeitos autônomos, críticos, criativos e comprometidos com a democracia e justiça social e conscientes para perceber como diferentes vozes podem ser constituídas em meio às relações sociais e capacitados para acolher e criticar seus significados, suas histórias e suas experiências (CALIARI; ALENCAR; AMÂNCIO, 2002).

É neste contexto que surge como forma de alternativa para a educação rural, a pedagogia da alternância. A alternância, segundo Silva (2000), ainda é um conceito ausente no glossário das ciências da educação na sociedade brasileira. E os estudos realizados acerca desta temática estão muito relacionados às Maisons Familiaes Rurales (MFRs) na França.

As MFRs surgiram na França no ano de 1935, por influência do Abade Granereau, que era filho de camponeses. Este se preocupava com a educação do homem do campo, onde as crianças que se destacavam eram encaminhadas às cidades, se afastando de suas raízes, e as demais continuavam no campo, por vezes abandonando os estudos para se dedicarem apenas ao trabalho nas lavouras. Por isso, a preocupação em criar uma escola que conciliasse agricultura e cultura. Surgem, assim, as MFRs, com um currículo baseado no estudo da realidade agrícola, planejado conjuntamente com os pais, buscando formar um agricultor que fosse completo, consciente de sua classe, ou seja, um indivíduo que identificava oportunidades de crescimento em seu próprio meio, qual seja, o campo e a região que o cerca (SILVA, 2003).

No Brasil, inspirado nas MFRs da França, surgiram as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), no Estado do Espírito Santo, por influência do padre italiano Humberto Pietrogrande, fundador do MEPES (Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo), Instituição filantrópica, fundada em 1968, que tem por objetivo a promoção integral da pessoa humana, promovendo e desenvolvendo a cultura através da ação comunitária em uma ampla atividade relacionada com os interesses da agricultura e principalmente no que concerne à elevação social do agricultor, desde o ponto de vista religioso, intelectual, sanitário, técnico, econômico e ambiental, uma vez que, perante a sociedade, este indivíduo ainda é visto como um sujeito atrasado e carente de educação e informação quanto a estes aspectos (MEPES, 2010).

Pois, se o meio rural é um setor da sociedade com peculiaridades próprias que devem ser levadas em conta no planejamento da educação para tais clientes, não é recomendável tratar a população agrícola através de planos e programas educacionais que tenham como referência as características da população urbana, recebendo o mesmo tratamento para currículos e metodologias. O MEPES mantém funcionando no Estado do Espírito Santo, atualmente, 16 Escolas Famílias Agrícolas, que se tornaram, com o passar dos anos, uma alternativa viável e promissora para os filhos dos agricultores das regiões onde as escolas estão localizadas, que antes não viam possibilidades de oferecer um ensino formal aos seus filhos (MEPES, 2010).

Enquanto metodologia educacional, as EFAs adotam a pedagogia da alternância e enfatizam a formação escolar dos educandos/as a partir do regime seriado e regularizado junto às Secretarias Estaduais de Educação (SEE), possuindo também a formação técnica, tanto no Ensino Fundamental bem como, de forma mais específica, no Ensino Médio, em

ambos os estágios trabalhando a Educação Profissional de Técnico em Agropecuária, ou seja, formando um profissional capacitado a partir do ensino teórico nas EFAs, com matérias e conteúdos relacionados à prática no dia-a-dia em suas propriedades. Reafirmando o objetivo principal das EFAs, qual seja, proporcionar aos jovens do meio rural uma educação a partir da sua realidade, da sua vida familiar e comunitária e das suas atividades, isso é possível através da pedagogia da alternância (MEPES, 2010).

Esse projeto educativo contribui para uma experiência pessoal, proporcionando uma base de informação, partindo sempre do concreto para o abstrato (método indutivo), do prático para o teórico, do contexto sociopolítico, econômico e cultural, do local para o global. Sendo que partir da realidade não significa apenas método entre as quatro paredes das escolas, mas uma opção política, um compromisso de transformação do meio e da sociedade como um todo (NASCIMENTO, 2004).

Na visão de Fernandes (1999, *apud* PALITOT, 2007), uma concepção de escola rural deve procurar defender os interesses, a política, a cultura e a economia da agricultura familiar. Há a necessidade de se preparar o jovem para uma vida produtiva, com a promoção integral do homem, mas é imprescindível buscar a importância da situação histórica em que vive o jovem no momento em que recebe a educação (PALITOT, 2007).

Ainda segundo este autor:

A pedagogia da alternância é o referencial teórico metodológico da escola família agrícola, que defende a formação técnica – voltada para o trabalho; a formação geral – voltada para o conhecimento elaborado, contextualizado; a formação humana – voltada para a formação de lideranças. Para tanto, ela propõe a alternância da presença de alunos entre a escola e a comunidade como concepção de diálogo educativo. Utiliza-se de instrumentos pedagógicos próprios, busca um processo de formação

docente diferenciado e apropriado e, visa o fortalecimento da relação escola/comunidade na gestão, organização e coordenação da proposta educacional (PALITOT, 2007, p. 17-18).

Mas, para que haja sucesso no processo de utilização da pedagogia da alternância, enquanto alternativa de educação no campo, é fundamental o envolvimento da comunidade para a consecução dos objetivos do projeto, cuja implantação só acontece a partir da demanda da própria comunidade. A partir daí começa a se desenvolver o senso de responsabilidade pelas escolas, a busca por soluções para os problemas da região, a valorização do agricultor como cidadão e como profissional (ARCAFAR/PA, 2010).

Na pedagogia da alternância, o saber prático, obtido junto à família na execução das tarefas, e a teoria, obtida na escola durante a troca de experiências e absorção dos conteúdos ensinados, se fundem. Assim, podem auxiliar a aprofundar a compreensão do que ocorre no dia-a-dia, na família e escola e onde o conhecimento emerge, se amplia e se consolida, facilitando ao jovem alternar e valorizar aquilo que ele faz e sabe. É na vinculação do conhecimento escolar com a ambiência familiar que o jovem reflete sobre seu meio e elabora seus marcos de referência. A pedagogia da alternância institui um relacionamento entre o meio em que vive o jovem-família-comunidade-escola. Por não constituírem instâncias antagônicas e excludentes, família e escola reinterpreta-se mutuamente na diversidade do conjunto das circunstâncias envolvidas. As interpretações das realidades familiares, comunitárias e escolares surgem dos questionamentos, das dúvidas quanto ao estabelecido (CALIARI; ALENCAR; AMÂNCIO, 2002).

Nas palavras de Freire (1979), existir humanamente é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar.

Segundo Silva (2003), os pais dos alunos sabem da importância das EFAs no que diz respeito ao ensino/aprendizado de seus filhos, além de perceberem a sua própria contribuição neste processo, pois:

Os agricultores valorizam a proposta da EFA, percebida como uma escola que integra no seu processo de escolarização a realidade de vida e de trabalho dos agricultores e que estimula os seus alunos para o trabalho. Assim, a aprendizagem realizada pelo jovem – seja dos conteúdos escolares, seja do aprendizado geral das atividades gerais e de práticas agrícolas. Ocorre assim, além da extrema valorização da escola, uma identificação dos agricultores com parte do conteúdo transmitido no processo escolar (SILVA, 2003, p. 204).

A partir do momento em que se tem uma participação efetiva da comunidade que busca o desenvolvimento local e encontra na EFA e em sua metodologia uma ferramenta para este fim, se tem conseqüentemente a participação efetiva da comunidade, além de uma atuação conjunta por parte dos órgãos executores e parceiros do projeto. Surgem, assim, projetos de desenvolvimento regional oriundos das aspirações da população local e dos ensinamentos das EFAs.

Uma educação voltada para o meio rural, assim como a que é proposta pelas EFAs, é apontada como necessária para o desenvolvimento local, pois permite a formação crítica do jovem rural, capaz de lutar por transformações que beneficiem e permitam que o agricultor fique no meio rural, não indo buscar melhores condições de vida no meio urbano.

Assim, a pedagogia da alternância consolida-se como uma educação comprometida com a sua realidade, onde eleva a capacidade da pessoa de crescer criticamente e pessoalmente, incentivando o indivíduo a participar ativamente da comunidade. Para Freire (1996), a pessoa em processo de formação é o centro do projeto educativo, abandonando-

se, por conseguinte, uma concepção de educação de dominação, que nega a existência do educando, não respeitando seus valores culturais e seu saber, impedindo a liberdade de diálogo entre educador-educando. Em contrapartida, as EFAs estabelecem uma relação mais direta, pois o diálogo e a prática da liberdade estão presentes, o conhecer e o valorizar são propulsores de um projeto educativo que incorpora uma formação humana onde os agricultores, os jovens e toda comunidade rural possam se inserir em um contexto social visando à promoção e o desenvolvimento pessoal, familiar e do meio rural, tendo-se como objetivos, além da formação técnica, preparar os jovens para inserção profissional na agricultura familiar e em outras atividades do meio rural, a possibilitação da continuidade dos estudos, bem como a valorização da cultura e dos valores locais. Logo, esta situação se consolida, pois toda prática educativa demanda existência de sujeitos, um que, ensinando aprende, outro que, aprendendo ensina (FREIRE, 1996).

Diante do exposto, a cidade de Castelo, que está localizada no sul do Espírito Santo, está cercada de montanhas e cachoeiras e têm clima ameno, com uma população de 32.250 habitantes, formada, em sua maioria, por descendentes de italianos, possui área de 668,97 km², distante 146 quilômetros da capital do Estado, Vitória. O município é o segundo pólo econômico do sul do Estado, tendo um comércio diversificado, composto por indústrias de confecções, tinta, minério e minerais. Também é destaque na produção de pedras ornamentais (PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTELO, 2010).

Outro ponto importante quanto à economia do município é que este se caracteriza como município de economia agrícola e, segundo o Censo Agropecuário de 2006, do IBGE, o município conta com 1.578 estabelecimentos agropecuários, possuindo diversificada produção

agrícola. Dos aproximadamente 32 mil habitantes, 15 mil vivem no meio rural. Possui estrutura fundiária bastante democrática, com acesso à terra razoavelmente facilitada. Soma-se a isso a fertilidade do solo, a capacidade de trabalho e a solidariedade do povo (MEPES, 2005).

Apesar desse cenário rural, a educação do município de Castelo sempre foi caracterizada por ser essencialmente urbana, surgindo-se, assim, a necessidade de oferecer como opção aos filhos dos agricultores a garantia de um modelo de ensino que partisse de sua realidade, de seu meio agrícola (MEPES, 2005).

Tendo em vista a expansão do modelo de Escola Família Agrícola no Sul do Estado do Espírito Santo, o MEPES, através do trabalho realizado com o poder público e lideranças comunitárias, buscou-se implantar no município de Castelo a Educação Profissional Técnica de Nível Médio integrada ao ensino médio de modo a propiciar aos jovens do município e seus vizinhos uma educação de qualidade com efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade, visando a desenvolver uma maior capacidade de raciocínio, autonomia intelectual, pensamento crítico, iniciativa própria e espírito empreendedor (MEPES, 2005).

A ideia de implementação da Escola Família surgiu em 2004, em uma reunião de amigos, que buscaram viabilizar o projeto com membros do sindicato Rural de Castelo, administração municipal e voluntários ligados a partidos políticos. A comissão percorreu 25 comunidades do interior do município por aproximadamente dois meses. Após explicações às comunidades sobre o funcionamento da EFA, as famílias eram convidadas a participarem da assembleia realizada no mês de junho de 2005, que, ao final, organizou a associação de pais, que compõem a diretoria da EFA cujo local para funcionamento ficou estabelecido no NEAC (Núcleo de Educação Ambiental de Castelo), surgindo, assim, a Escola Família

Agrícola do município de Castelo, como ingrediente que faltava para dinamizar e alavancar o meio rural do município (MEPES, 2010).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto neste trabalho, pode-se dizer que vem sendo produzido um projeto educativo, original e inovador, que, em suas diferentes iniciativas, tem gestado novas práticas de escola, entre elas, as Escolas Famílias Agrícolas constituem uma dessas iniciativas que, apesar das contradições e limites, têm buscado conferir outros significados à função pedagógica, política e social da escola do campo.

A Pedagogia da Alternância é uma alternativa para a Educação no campo, já que o ensino nesse contexto não contempla as especificidades e as necessidades da população que vive no meio rural. Alguns problemas educacionais encontrados nas escolas no meio rural dão origem à necessidade de uma proposta educacional específica para o campo. Alguns problemas que podem ser enumerados são: a escola desvinculada da realidade local, a falta de recursos para atividades básicas do campo, a necessidade dos alunos ficarem na propriedade com sua família para trabalhar e terem dificuldades de acompanhar o calendário tradicional das escolas, a desvalorização da escola multisseriada e a falta de vagas nas escolas agrotécnicas.

De maneira a fomentar o debate e a discussão em torno da educação no e do campo e da pedagogia da alternância no Brasil, podemos concluir afirmando que existem algumas ideias centrais que orientaram a exposição feita por este estudo, quais sejam: o campo, no Brasil, está em movimento; e, principalmente, há tensões, lutas sociais, organizações e movimentos de

trabalhadores da terra que estão mudando o jeito da sociedade olhar para o campo e os seus sujeitos.

Nesta dinâmica social, neste movimento, que também é um movimento sociocultural de humanização das pessoas que dele participam, pode-se dizer que o trabalho com a Pedagogia da Alternância também revela o potencial dos jovens agricultores de se desenvolverem como atores de produção de conhecimento, a partir do momento em que questionam sua própria realidade e detêm os instrumentos para encaminhar a investigação de tais questões de maneira mais sistemática.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, v. 28, n. 1-3/29, jan./dez. 1998-jan./ago. 1999.

ARCAFAR/PA - ASSOCIAÇÃO REGIONAL DAS CASAS FAMILIARES RURAIS DO ESTADO DO PARÁ. **Trabalho com pedagogia da alternância nas casas familiares rurais**. Disponível em: <http://www.itsbrasil.org.br/pages/15/Pedagogia_da_Alternancia.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2010.

CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLOING, Edgard Jorge; CERIOLIM, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (Orgs.). **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002. (Coleção Por uma Educação do Campo, n.º 4). Disponível em: <<http://www.forumeja.org.br/ec/files/Vol%204%20>

Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%20do%20Campo.pdf>.

Acesso em: 5 ago. 2010.

CALIARI, Rogério Omar; ALENCAR, Edgard; AMÂNCIO, Robson.

Pedagogia da alternância e desenvolvimento local. 2002. Disponível em:<http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/45269/2/revista_v4_n2_jul-dez_2002_5.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTELO. Disponível em:<<http://www.castelo.es.gov.br/site/castelo.asp>>. Acesso em: 13 ago. 2010.

DALSOTO, Adelar Carlos. **Os jovens do meio rural.** Disponível em:<<http://www.pime.org.br/missaojovem/mjjovensrural.htm>>. Acesso em: 16 jul. 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1996.

MEPES - MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPÍRITO SANTO. **Escola Família Agrícola de Castelo:** Histórico. Disponível em:<http://www.mepes.org.br/efa_castelo.html>. Acesso em: 15 jul. 2010.

_____. **Plano para implantação da Escola Família Agrícola de Castelo.** Castelo, ES: MEPES, 2005. (Mimeo).

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. Escola família agrícola: uma resposta alternativa à educação do meio rural. **Revista da UFG**, v. 7, n. 1, jun. 2004. Disponível em:< http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/agro/Q02_escola.html>. Acesso em: 13 ago. 2010.

PALITOT, Maria de Fátima de Souza. **Pedagogia da alternância:**

estudo exploratório na escola rural de Massaroca (ERUM). 2007. 100fls. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG: UFV, 2007.

PORTUGAL, Alberto Duque. **O desafio da agricultura familiar.** 2004. Disponível em:<<http://www.embrapa.br/imprensa/artigos/2002/artigo.2004-12-07.2590963189/>>. Acesso em: 15 jul. 2010.

SILVA, Lourdes Helena da. **As representações sociais da relação educativa escola-família no universo das experiências brasileiras de formação em alternância.** 2000. 283fls. Tese (Doutorado em Psicologia da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, SP: PUCSP, 2000.

_____. **As experiências de formação de jovens do campo: alternância ou alternâncias?** Viçosa, MG: UFV, 2003.

WESZ JUNIOR, Valdemar João et al.. Os novos arranjos do êxodo rural: a evasão temporária de jovens agricultores familiares gaúchos. In: CONGRESSO DA SOBER “Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento”. 44. 2006. UERGS. São Luiz Gonzaga, RS. **Anais Eletrônico...** Disponível em:<<http://www.sober.org.br/palestra/5/175.pdf>>. Acesso em: 1 ago. 2010.

Recebido em: 22 Novembro 2010

Aceito em: 18 Abril 2011

